

## **Práticas colaborativas, imersão e infiltração: as Contribuições do Hackerativismo no Webjornalismo**

**Isadora Texeira de Lira** (isadoratlira@gmail.com)

**Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo/Universidade Federal da Paraíba**

**Thobias Cavalcanti Laurindo Pereira** (saibot@riseup.net)

**Bacharel em Psicologia/Universidade Federal da Paraíba**

### **Resumo**

O artigo tem como objetivo analisar as aproximações do jornalismo com o hackerativismo. Com a imersão da sociedade na internet através de ferramentas que facilitam a manifestação de opiniões e comunicação coletiva, o jornalismo precisou ser reinventado, o que gerou a exaustivamente debatida crise no jornalismo contemporâneo. O presente trabalho busca discutir como o jornalismo pode se aproximar e se apropriar de algumas posturas hackers e também discutir como as propostas de jornalismo-cidadão e o hackeamento de códigos/narrativas se encontram presentes em iniciativas como o Wikileaks e o coletivo Mídia Ninja, trazendo considerações sobre como esses meios auxiliam a livre circulação de informações e investigações colaborativas, contribuindo para ideais de uma sociedade democrática.

**Palavras-chave:** Hackerativismo, Jornalismo digital, Wikileaks, Mídia Ninja, Cibercultura.

O “boom” do compartilhamento de informações através de redes sociais e demais plataformas virtuais despertou a necessidade de revisar algumas práticas jornalísticas. Tais práticas sempre estiveram atreladas ao desenvolvimento dos meios de comunicação: da imprensa de Gutemberg à rede de Tim Berners-Lee, ancoradas na estruturação de suas respectivas culturas, como categorizou Lúcia Santaella em seu livro “Culturas e Artes do Pós-humano” em cultura oral, escrita, impressa, de massas, das mídias e a digital (entretanto, o jornalismo não está presente nas duas primeiras categorias apresentadas por Santaella). A internet, no entanto, consegue abarcar todas essas culturas, formando o que Henry Jenkins (2008) chama de cultura de convergência.

E é neste contexto da cultura de convergência, que todas informações vão escoando pelos corredores da internet, se acumulando em gigantescos bancos de dados (protegidos ou não). Não se pode desdenhar da capacidade de armazenamento desses bancos, que só tende a se tornar mais barata e sofisticada com o passar do

tempo - enquanto a população humana dobra a cada 25 anos, a capacidade de armazenamento dobra a cada 18 meses (ASSANGE, 2013). Significa que existe na internet mais informação do que em qualquer biblioteca física. E qual é a matéria-prima do jornalismo? A informação. Não essa informação que é interceptada pela Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos, que utiliza a interceptação de dados para monitorar usuários. Mas também informações de interesse da sociedade - documentos sigilosos de governos e empresas, escândalos digitalizados e armazenados na rede. Se tantos dados estão registrados na nuvem, é lá que os jornalistas deveriam se sentir atraídos.

Temos aí duas possibilidades claras para o jornalismo se aproximar das atividades hackers: a primeira no que tange a um aspecto voltado para a programação, se baseando na análise de dados, como mencionou Tim Berners-Lee, em uma palestra em 2010, porque para ele, a disponibilização de dados públicos reforça a responsabilidade de explicar o que acontece na sociedade; o segundo aspecto seria algo mais voltado para a narrativa jornalística, o hacker de narrativa, que fazem dos grupos de discussão uma estrutura de mídia que permite a toda informação vazar nas mais distintas comunidades virtuais. (ANTOUN; MALINI, 2013). Sem entrar no mérito do que será ou não o jornalismo do futuro, existe nesse cenário uma ótima oportunidade do jornalismo se aproximar com mais afinco das práticas hackers. Mas antes de detalharmos como se dariam essas propostas de hackeamento do jornalismo, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre o que vem a ser cultura hacker.

Embora ainda submetida a alguns equívocos em torno do estigma da criminalidade virtual, as recentes leituras sobre a cultura hacker pontuam a necessidade de um conceito que se aproxime do exercício de posturas colaborativas e inovadoras. O termo hacker advém do inglês hack (cuja tradução seria talhar), sendo inicialmente utilizado para designar técnicas criativas que surgiram entre a década de 50, no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), e 80, no Vale do Silício (Aspis, 2009). Levy (2001), em “Hackers – Heroes of the Computer Revolution”, ressalta que esta denominação era atribuída às pessoas com perícias em programação e desenvolvimento de sistemas, além de talentos na resolução de problemas por meios não convencionais. Acompanhando os ideais efervescentes da contracultura norte-americana e o início da popularização dos micro-computadores e acesso à

internet, a cultura hacker passa a disseminar a apropriação da tecnologia e sua improvisação, com éticas de compartilhamento de informações para benefícios próprios e coletivos (COLEMAN, 2013).

No entrelaço da comunicação em rede com as práticas sociais para a constituição da cibercultura, a figura do hacker possui uma dimensão tanto técnica quanto simbólica, uma vez que o manuseio de linguagens e códigos interage com o objetivo de novas configurações da sociedade da informação (LEMOS, 2002). Tais dimensões se encontram presentes nas críticas à opacidade dos códigos e bloqueio do fluxo de conhecimento trazidas por movimentos como o software livre e iniciativas de enciclopédias colaborativas como a Wikipédia (SILVEIRA, 2006). Dessa forma, podemos compreender a cultura hacker como via para a construção de sociedades mais desenvolvidas e aproximadas pela liberdade de acesso à informação, configurando novos movimentos de opinião pública (MALINI, 2009).

O exercício da ética hacker no povoamento da web e sua subjetivação informacional acaba por consolidar formas de ciberativismo relacionadas a novas conjunturas no campo da comunicação social. Ainda que as ditas “guerrilhas de contrainformação”, associadas aos movimentos sociais, continuassem a ter um papel fundamental para a construção de alternativas frente aos veículos tradicionais de mídia, as colaborações no compartilhamento de arquivos e bases de dados presentes no seio de comunidades hackers potencializaram uma nova fonte de circulação de conteúdos midiáticos. Neste contexto, temos a ascensão dos *hackers de narrativas* (MALINI; ANTOUN, 2013), os quais, em compromisso com o acesso livre à informação, propõem a retomada das notícias de interesse público, acobertando suas multiplicidades de significados e perspectivas em suas retransmissões na comunicação em rede. Tal processo caracteriza um acréscimo de dinamismo entre os polos de emissão das informações, alargando os espaços públicos midiáticos para além das mídias do grande circuito.

Através dos processos de produção e difusão informativa, a noção do hacker de narrativas se aproxima da tendência de jornalismo contemporâneo discutida por Dan Gillmor (2005): a constituição do *cidadão-repórter* (ou jornalismo-cidadão). Para o autor, a característica de colaboração entre fontes de informação potencializaria a participação de pessoas nas diversas etapas de produção da notícia. Esta condição,

além elevar o engajamento da sociedade na cobertura jornalística, acaba por permitir mudanças paradigmáticas relacionadas ao produto do jornalismo: antes fechado, com a publicação na imprensa, para o não concluído (work in progress), complementado e questionado através das conversações que permeiam sua distribuição via internet (blogs, redes sociais, wikis, P2P, entre outros) (MALINI; ANTOUN, 2013). Esta autonomia na construção da notícia pelos cidadãos-repórteres, independente das organizações jornalísticas clássicas, consiste no elemento de legitimação desse jornalismo investigativo em rede (CORRÊA, 2011).

Para Träsel (2013), a própria essência do jornalismo investigativo compartilharia princípios da cultura hacker, os quais seriam: 1) a valorização da liberdade de informações; 2) a prática do autodidatismo; 3) a disposição para o trabalho colaborativo em conjunto com uma coletividade de participantes. Mancini (2011) não menciona as semelhanças entre jornalismo e hackerativismo, mas percebe como um hackeamento do jornalismo, que considera importante no aspecto técnico, e também como forma de encontrar alternativas para as questões financeira e contribuir para otimizar a prática social. E aponta três exemplos: a organização Wikileaks, que é responsável pelo vazamento de documentos oficiais de órgãos públicos; o jornal americano Huffigton Post, pelo caráter colaborador e o também americano Newser, papel agregador. Para este trabalho optamos por explanar dois exemplos mais representativos de aproximação hacker no jornalismo: o Wikileaks, por ter assumido a o compromisso de trazer à tona documentos sigilosos de governos e outras instituições; e a Mídia Ninja, que é uma organização brasileira que se coloca como hacker de narrativa ao propor uma cobertura colaborativa, imersão do consumidor de notícias e agenda-setting.

### **Wikileaks**

Embora tenha sido criado no final de 2006, o Wikileaks já foi responsável por mais vazamentos de documentos sigilosos do que toda a imprensa mundial. Naturalmente isso vem rendendo problemas jurídicos e perseguições aos membros envolvidos, mas não adentraremos nesse aspecto. Em relação à terminologia, apesar do caráter colaborativo e do prefixo “Wiki”, Wikileaks não se trata de uma verdadeira

‘Wiki’ stricto sensu - não são todos os leitores que podem editar seu conteúdo. O “Leaks”, de acordo com o dicionário Oxford: 1. a crack, hole, etc; that allows the accidental escape or entrance of fluid, light, etc (uma rachadura, furo, etc; que permite a fuga ou entrada de fluido, luz, etc acidental).

Sem dispor de uma sede física formal, o Wikileaks é uma organização sem fins lucrativos que se propõe a publicar materiais confidenciais nos mais diversos formatos sobre assuntos sensíveis e de interesse público - sejam eles do âmbito empresarial ou governamental. Mantido por pequenos grupos voluntários de trabalho, o site possui como editor e porta-voz o australiano, jornalista e ciberativista Julian Assange, o qual coordena as atividades de avaliação dos conteúdos e distribuição das informações para os grandes veículos midiáticos.

Analisar o Wikileaks dentro do ecossistema midiático traz, contudo, a reflexão sobre qual seria seu real caráter de operação jornalística. Este questionamento parte da discussão em torno da fidedignidade dada ao julgamento editorial e análise dos fatos frente à necessidade de lidar com uma gama de dados e informações tão relevantes – procedimento esse realizado por voluntários “repórteres”. Assim, como poderíamos inserir o Wikileaks dentro do contexto das práticas de jornalismo investigativo contemporâneo e o hackerativismo das narrativas?

Em resposta a essa indagação, Mancini (2011) irá definir o Wikileaks como uma organização midiática internacional que busca o hackeamento do jornalismo, levando em consideração o fato de sua logística de funcionamento operar sob a filosofia da preservação do anonimato das fontes na circulação de documentos. Além desta nova relação com as fontes, o autor ainda ressalta a presença de características como organização descentralizada, compromisso com o acesso livre à informação e precauções com relação à análise dos dados brutos.

Esta funcionalidade “disruptiva” do Wikileaks, trazendo novos questionamentos ao universo da imprensa, aproxima-se de um procedimento de reportagem investigativa e participativa, gerando notícias que impactam na agência pública. Com uma linha editorial independente, a dinâmica do site não apenas lida com a organização de tecnologias da informação, sistemas de bancos de dados na correlação de conteúdos, mas também com uma práxis do jornalismo-cidadão, uma vez que permite participações cada vez mais ativas das fontes ao longo do processo de

apuração da notícia (CORRÊA, 2011). Esta característica se encaixa dentro dos cinco pontos que Mancini pontuara sobre como o Wikileaks pode hackear o jornalismo:

- 1) Organização ubíqua, distribuída: a mídia está em todas as partes, não em um país;
- 2) Nova relação propostas para as fontes de informação: o direito de reservar a fonte, de criptografá-la;
- 3) Os publishers tradicionais como amplificadores de um conteúdo gerado por fora das redações;
- 4) Wikileaks como o Napster do jornalismo: o download, a cópia e a distribuição a serviço de garantir o acesso à informação;
- 5) O redesenho da relevância das análises sobre a informação bruta: os vazamentos sem inteligência são invisíveis aos olhos da audiência (MANCINI, 2011, p. 114).

Um dos exemplos práticos de como o Wikileaks abriu as portas para o exercício do jornalismo-cidadão investigativo, consiste nas repercussões da divulgação de cerca de 210 páginas com o detalhamento dos empréstimos operados pelo falido banco islandês Kaupthing. Tais documentos revelavam que, enquanto banco estatal, o Kaupthing realizara empréstimos de 45 milhões e 1,25 trilhão de euros para seus maiores acionistas e empresas do país. Esta prática ilegal, beneficiando grupos específicos de investidores já detentores de grande capital do banco, culminou na sua falência, levando toda a população do país a uma onda de manifestações contra o parlamento. Inconformado não apenas com crise, mas também com o sigilo das informações sobre as tramas da falência dos bancos (outros, como o Landsbanki), o jornalista islandês Kristinn Hrafnsson, funcionário da rádio nacional da Islândia (RUV), entra em contato com o Wikileaks para a construção de reportagens com o detalhamento do caso (até então não divulgadas pelos grandes veículos da mídia) essenciais para o esclarecimento da opinião pública. Esta postura favoreceu a organização do movimento que ficou conhecido como Moderna Iniciativa para a Mídia da Islândia (IMMI), o qual fundamentou e impulsionou a aprovação da Lei Islandesa de proteção à liberdade de expressão e divulgação de documentos secretos, voltada para proteger o direito à plena informação, dos cidadãos e eleitores islandeses.

Para além dos vazamentos de conteúdos sigilosos, a iniciativa do Wikileaks se apresenta enquanto uma alternativa importante para atentar a opinião pública sobre os potenciais riscos à liberdade de expressão que permeiam as grandes corporações da comunicação. De acordo com Hansen, não está em jogo apenas o fator da transparência, mas sim de uma necessidade investigativa compartilhada socialmente:

O surgimento do Wikileaks não gera automaticamente a transparência. Sítios como o Wikileaks funcionam muito mais por causa de suas fontes acometidas

por uma crise de consciência, desvendando informações de interesse público. O Wikileaks é um distribuidor muito eficaz dessa informação. Ele garante que tais informações não serão escondidas por editores e publishers amedrontados por processos ou acuados pelo governo (HANSEN, 2010 apud CORRÊA, 2011 p.215).

Consolidando uma filosofia de hackeamento do jornalismo, o Wikileaks abarca um conjunto de atores e agentes (hackers e cidadãos) engajados com o alerta e enfrentamento dos abusos à livre circulação das informações pertinentes aos interesses mais amplos da sociedade. Com a revisão de algumas formalidades tradicionais do jornalismo, podemos compreender o Wikileaks como uma plataforma de investigação colaborativa que resgata os cidadãos para o envolvimento na produção jornalística, permitindo ações de empoderamento cívico e garantia de uma sociedade mais democrática (STRAY, 2011).

Em vista da ruptura com algumas formalidades com aquilo que poderíamos chamar de um exercício jornalístico, alguns autores resguardam questionamentos sobre como o Wikileaks garantiria sua legitimidade dentro de um jornalismo ciberativista. À exemplo, Hansen ressalta a possibilidade da legitimação do Wikileaks enquanto empreendimento jornalístico estar submetida a outros meios de comunicação já legitimados pela sociedade:

A despeito da cada vez maior representatividade das redes sociais digitais, o Wikileaks ainda depende da grande mídia – geralmente impressa – para conferir legitimidade jornalística ao fluxo de documentos que ela dispõe. Necessita do referendun e de uma apuração formal de verificação jornalística (HANSEN, 2010 apud CORRÊA, 2013, p. 217).

De fato, o reconhecimento da organização enquanto instituição jornalística divide opiniões. Mancini pontua que apesar de Assange se definir como um jornalista, os jornalistas não o percebem como tal, e sim como um programador. Já os políticos que foram vítimas de suas publicações o enxergam como um terrorista. Mas por que Assange não pode ser um jornalista-programador afinal de contas? É verdade que as publicações do Wikileaks não recebem um tratamento “jornalístico” propriamente dito. É por isso que a organização busca parcerias com veículos de comunicação já estabelecidos, que traduzam a linguagem burocrática dos documentos para o entendimento do público, colocando o Wikileaks numa posição mais próxima do que

seria uma agência de notícias, divulgando as pautas e auxiliando os jornalistas a editar aqueles conteúdos<sup>1</sup>.

Mesmo assim existe uma responsabilidade jornalística por parte do Wikileaks. No documentário “WikiRebels”, produzido pela rede de televisão sueca SVT, Julian Assange coloca que: “Nós nos comprometemos com nossas fontes de apresentar seu material para o público com nossa melhor capacidade. E alcançar o máximo de impacto político pelos riscos que eles assumiram”. Entretanto, para Corrêa (2013):

A equipe de Wikileaks não está focada nas atividades do jornalismo investigativo e, portanto, a proteção legal aos seus “repórteres” fica frágil perante as diferentes legislações. Em seu conjunto, a equipe e os dados por ela levantados e divulgados poderiam ser considerados como fontes para a grande mídia que os legitimariam por meio de seu potencial de disseminação e divulgação (p. 217).

De fato, a organização nem sempre é capaz de proteger suas fontes, como foi o caso de Chelsea Manning, condenada a 35 anos de cadeia em agosto de 2013, pelo maior vazamento de arquivos confidenciais<sup>2</sup>. Entretanto, há que se perceber como a aproximação entre hackerativismo e jornalismo pode ressignificar o conceito de fonte. A fonte é a alma do material jornalístico. E, no contexto hacker-jornalístico, a fonte muitas vezes é o próprio profissional, tratando-se portanto, de uma fonte direta.

Existem várias formas para que as informações cheguem aos jornalistas, posto que, na minoria das vezes as matérias originam-se de observação direta. E quando isso não acontece a saída é recorrer a testemunhas ou personagens para a coleta de dados e informações. (...) Fontes são, então, as portadoras de informação. Nas reportagens investigativas nem sempre elas aparecem por razões de segurança. É papel do jornalista selecionar, analisar e até questionar as fontes para a apuração das informações e só assim depois, situá-las no contexto, segundo as técnicas jornalísticas. (MEDEIROS, REZENDE, 2012, p. 8 e 9)

Ainda que submetida à tais discussões sobre suas narrativas e ética jornalística, o Wikileaks ainda se apresenta como uma plataforma trampolim para a

---

<sup>1</sup> Para isso, a organização busca se aproximar de profissionais de todas as nacionalidades. No Brasil, coube à jornalista Natália Viana o papel de intermediar essas parcerias. Natália fundou em 2011 a agência Pública de jornalismo investigativo ao ser “intimada” por Assange a tratar os 3000 documentos sobre o país. A Pública, tendo essa parceria com o Wikileaks, apresenta um conteúdo mais acessível para o leitor, utilizando inclusive narrativas alternativas - como a criação de reportagens em quadrinhos ou vídeo reportagens. Mas abordar o trabalho desta organização fica para outro momento.

<sup>2</sup> Na longa lista de documentos vazados está, inclusive, o vídeo gravado no interior de um helicóptero norte-americano Apache, que disparou contra onze civis iraquianos e dois repórteres da Reuters. O vídeo foi registrado em 2007 e só foi divulgado em 2010, o que alavancou a imagem do Wikileaks pelo mundo.



democratização das informações de interesse da sociedade, pelo profundo impacto com que elas vêm sendo recebidas e pela rápida credibilidade que o veículo conseguiu nesse curto período de existência. Sua contribuição tem sido significativa para a constatação do papel indispensável da livre informação no exercício da cidadania.

### **Mídia Ninja**

Em meio às insatisfações políticas e agitação das ruas que caracterizaram o ano de 2013 no Brasil, a imprensa tradicional, em suas delimitações de interesses e pautas, foi obrigada a revisar a conjuntura de suas notícias em vista do alto grau de compartilhamento de informações através das redes sociais. Dentre denúncias de abuso do poder policial e inexistências de vandalismos ao longo dos protestos, as coberturas alternativas e autônomas dos usuários de blogs e fóruns da web, trazendo relatos de outras perspectivas sobre casos noticiados na grande cadeia midiática, foi fundamental para a reapropriação do “fato” pela opinião pública. Nesse contexto, podemos dizer que a repercussão de alguns coletivos midiáticos como a Mídia Ninja obteve grande importância para aquilo que entendemos como iniciativas midialivristas e hackeamento das narrativas.

Possuindo uma atuação com cunho de ativismo sociopolítico, a Mídia Ninja (sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), formalizada em 2013, realizou a transmissão, via streaming, de manifestações visualizadas mundialmente pela internet, transmissão essa feita por voluntários que possuíam apenas câmeras de celulares e uma unidade móvel montada em um carrinho de supermercado. Enquanto organização, trata-se de um coletivo descentralizado que faz uso das redes sociais, especialmente o Facebook, na divulgação de suas notícias (ROSAS, 2013).

Através de uma análise geral das transmissões e construções colaborativas de notícias feitas pela Mídia Ninja, é possível observar que esta imersão na cobertura dos fatos, ou o de “dentro para fora”, se encaixa nas iniciativas de um hackeamento de narrativas que buscam a ruptura com os controles da mídia convencional, permitindo práticas de comunicação contra-hegemônicas de midiatização das relações sociais, as quais possam ser amplamente reproduzidas pelas experiências de produção difusão informativa da rede mundial de computadores (MORAES, 2007).

Ao propor o desenvolvimento de laboratórios intensos de coberturas multimídia em tempo real, a Mídia Ninja e seu midialivrismo configuram um novo campo para atuação do jornalismo. As fotos, vídeos e posts nas redes sociais, articulados através de colaborações, permitem a criação de uma nova rede de comunicação. Em entrevista à Forastieri (2013), Bruno Torturra, um dos idealizadores da Mídia Ninja, afirma que esta iniciativa seria importante para a presença de uma forma mais autônoma de jornalismo: “Montar uma rede de jornalismo independente, um site próprio, um sistema de financiamento direto do público e descobrir como vamos conseguir criar uma outra forma de produzir e distribuir informação.”

Salienta-se, contudo, que o caráter jornalístico da Mídia Ninja é questionado por alguns autores, como o próprio Fábio Malini. Em entrevista dada à revista do Instituto Humanita, o jornalista comenta que a produção feita pela Mídia Ninja ainda consiste em um conjunto de narrativas de testemunhos que escapariam ao conceito de “reportagem”, essência do jornalismo, sendo apenas um veículo de amplificação nas redes (VIEIRA, 2013). Embora esta argumentação seja coerente, ela parece retornar às discussões sobre como o jornalismo digital vem colocando em xeque valores tradicionais da profissão e suas normas básicas dos códigos da ética jornalística. Para Vieira (idem), a postura de ampliar debate sobre o fluxo de informações trazido pela Mídia Ninja traz múltiplas posições e democratiza a cobertura, permitindo à sociedade protagonizar debates sobre livre circulação de informações nos meios de comunicação brasileiros. Por esta perspectiva, Santos (2013) comenta:

A narrativa da Mídia Ninja se caracteriza pela vontade de romper os paradigmas clássicos da profissão de jornalista, ao mesmo tempo em que retoma sua função essencial. Retomar para a causa do jornalismo e da comunicação seu papel ativista de servir como olho público e fornecer informações cada vez mais qualificadas para defender a democracia. (SANTOS, 2013, p. 40)

Em entrevista para o programa Roda Viva da TV Cultura, transmitido no dia 5 de agosto de 2013 Bruno Torturra colocou que:

Acho até curioso essa dúvida se é ou não jornalismo. O que dá para discutir é que tipo de jornalismo a gente faz. Dá pra discutir a qualidade dele ou a relevância. Mas eu acho que se colocar como um grupo organizado, se apresentar como um veículo que tem uma dedicação diária e transmitir informação da maneira mais crua, honesta e abrangente possível - dentro das nossas limitações - eu acredito que é jornalismo sim.

E na época deste programa, a Mídia Ninja se apresentava nesse formato bruto - realizando transmissões com dezenas de horas ininterruptas, buscando trazer o espectador para dentro do fato, provocando uma imersão. Entretanto, essa foi uma das narrativas adotadas pelos midialivristas ninjas - a rede não se resume aos streamings. Na página da organização estão expostos os outros trabalhos do grupo - artigos, documentários e também ensaios fotográficos -, fugindo daquele conceito de transmissão de informação de uma forma direta e bruta, sem um filtro ou apuração do conteúdo.

A Mídia Ninja se aproxima do hackerativismo jornalista não apenas ao propor uma narrativa alternativa, mas ao valorizar e compartilhar pautas desprezadas pela mídia tradicional: democratização da comunicação, movimento dos sem terra e, principalmente, discussões em torno das populações indígenas. O resgate destas notícias de interesse público, construída através de colaborações da rede, representa um claro exemplo do conceito de hackeamento das narrativas e midialivrismo trazido por Malini e Antoun (2013), ou um jornalismo-cidadão possível através das novas tecnologias.

Ao romper paradigmas clássicos da profissão de jornalista, a Mídia Ninja retoma, ao mesmo tempo, aquilo seria sua função inicial, relacionada ao papel ativista de prestar um “olho público” e permitir o acesso à informações qualificadas para a defesa de uma comunicação democrática (SANTOS, 2013). Neste objetivo, Bittencourt (2013) afirma que a ação do coletivo é guiada por questionamentos e cobranças sobre a atuação dos grandes veículos, investindo numa reconfiguração dos processos comunicacionais através de práticas colaborativas na construção das notícias. Assim, os ninjas precisariam ser vistos como um movimento social que embora necessite de mais avanços a concretização de uma nova mídia, acaba por produzir cada vez mais debates sobre a regulação dos meios de comunicação no Brasil (VIEIRA, 2013).

### **Considerações Finais**

Inquestionavelmente, a internet consiste na principal responsável pela transformação e liberação dos polos emissores de informações, fazendo com que,

mediante a utilização de recursos mínimos, seus usuários possam produzir e circular opiniões nas mais distintas mídias. Inserida nesta dinâmica, encontra-se presente um fervor de movimentos e ações coletivas em torno das atividades de comunicação, o qual é responsável por diferentes modelos de participação e colaboração na divulgação dos fatos de interesse social.

Neste contexto, estamos diante de uma reinvenção da prática jornalística, a qual envolve não apenas apropriações tecnológicas, mas também reacomodação de forças e reprogramação de hábitos. A manutenção do compromisso com esclarecimentos políticos e ideológicos numa sociedade cada vez mais inserida na cibercultura requer do jornalismo a afinidade com as propostas de um hackeamento investigativo das informações, associadas à processos colaborativos de produção de notícia. Tais processos virão a permitir a participação dos cidadãos em etapas da construção do material jornalístico, aproximando-os da realidade dos acontecimentos públicos.

O presente trabalho soma ao quadro das discussões que objetivam refletir sobre como os princípios de uma ética hacker se inserem nas novas formas de jornalismo investigativo no âmbito do ciberespaço. Neste debate, a retomada de conceitos como hacker de narrativas e jornalismo-cidadão cabem como fundamentais para a compreensão desta nova estruturação do jornalismo contemporâneo.

Os comentários sobre a iniciativa do Wikileaks nos permitem, de fato, observar como sua proposta organizativa, tecnológica e filosófica contribui para a consolidação de um jornalismo colaborativo, investigativo e cidadão. Próximo ao que Corrêa (2013) chamaria de “jornalismo extra-muros”, o Wikileaks aparenta uma sintonia com princípios da livre circulação de informação, os quais se encaixam nos ideais de uma sociedade democrática. Da mesma forma, o coletivo Mídia Ninja, contribuindo para o compartilhamento de notícias sobre manifestações populares através das redes sociais, encurtou a distância entre a informação (ainda que bruta) e o público, exercendo um midialivrismo engajado com a transformação social e a ruptura com os monopólios de informação vinculados aos “carros-chefes” da mídia tradicional.

Os exemplos citados refletem as novas condições que parecem ser posta ao jornalismo investigativo dos nossos dias. Para debates vindouros, ainda cabe a análise detalhada de como a substituição ou reconfiguração das posturas formais de éticas

jornalísticas estariam presentes nas mais diversas mídias que se popularizam cotidianamente.

## Referências

ALMEIDA, Yuri. **Jornalismo em bases de dados e o hackeamento dos jornais**, 2012.

ASSANGE, Julian et al. **Cypherpunks - liberdade e o futuro da internet**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRAMBILLA, Ana M. **Jornalismo open source em busca de credibilidade**, 2005.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética hacker e deontologia jornalística em redes sociais**, 2011.

COLEMAN, Gabriella. **Coding freedom: the ethics and aesthetics of hacking**. Woodstock: Princeton University Press, 2013. Livro on-line, disponível em: [http://codingfreedom.com/buy\\_download.html](http://codingfreedom.com/buy_download.html). Acesso em: 20 de setembro de 2014.

CORRÊA, Elizabeth S. **Apontamentos sobre o jornalismo extra-muros do Wikileaks**, 2012.

Disponível em: <http://noticias.r7.com/blogs/andre-forastieri/2013/07/31/uma-entrevista-com-brunotorturra-da-midia-ninja/> Acesso em: 25 de setembro de 2014.

FORASTIERI, André. **“Uma entrevista com Bruno Torturra, da Mídia Ninja”**. Disponível em: <http://noticias.r7.com/blogs/andre-forastieri/2013/07/31/uma-entrevista-com-brunotorturra-da-midia-ninja/> Acesso: 14 de outubro de 2014.

GILLMOR, Dan. **Nós, os media**. Lisboa: Presença, 2005.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEVY, Steven. **Hackers: Heroes of the computer revolution**. New York: Penguin Books, 2001.

MALINI, Fábio e ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MALINI, Fábio. **O valor no capitalismo cognitivo e a cultura hacker**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro/RJ, vol. 5, n. 2, 2009, 191-205.

MANCINI, P. **Hackear el periodismo**. Buenos Aires: La Crujía / Futuribles, 2011.

MEDEIROS, José F. e REZENDE, Vera. **O Processo da Relação das Fontes no Telejornalismo Investigativo Regional: Uma Análise Sobre o Núcleo de Investigação da TV Tem**, 2012. Disponível em: <http://www.arcos.org.br/artigos/o-processo-da-relacao-das->

fontes-no-telejornalismo-investigativo-regional-uma-analise-sobre-o-nucleo-de-investigacao-da-tv-tem/ . Acesso em: 01outubro de 2014.

MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. In: **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, vol. IX, n. 2, mayo – agosto/2007.

ROSAS, Juliana de Amorim. Mídia Ninja, mídia tradicional e accountability. In: Ciclo de Debates sobre Jornalismo, IX, 2013. UniBrasil. **Anais...**, Curitiba, 2013.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Raquel V. Teixeira. **Mídia Ninja: Uma análise dos textos do Observatório da Imprensa**, Brasília 2013. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Brasília, Distrito Federal, 2013. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/5018/1/21054886.pdf> . Acessado em: 03 de Outubro de 2014.

SILVEIRA, Sérgio. **Hackers, monopólios e instituições panópticas**: elementos para uma teoria da cidadania digital. *Líbero*, nº 17, 74 a 81, 2006.

STRAY, Jonathan. The challenges of distributive investigative journalism. 25/05/2011. Disponível em <http://jonathanstray.com/the-challenges-of-distributed-investigative-journalism>. Acessado em 25/09/2014.

TRÄSEL, Marcelo. Jornalismo guiado por dados: relações da cultura hacker com a cultura jornalística. In: Encontro Anual da Compós, XXII, 2013. Universidade Federal da Bahia. **Anais...**, Salvador, 2013.

VIEIRA, Toni André Schralau. Mídia Ninja entre a tecnologia, a política e a prática. **Razón y Palabra**. Número 85, 2013.